

Participações, dividindo a sociedade em 50% para a família Diniz e 50% para o grupo Casino.

Pelo acordo, Abilio continuaria na presidência do conselho até 2012, mesmo que os franceses tivessem a maioria das ações. Com o Grupo Pão de Açúcar capitalizado, Abilio liderou a compra do Ponto Frio em 2009 e, meses depois, anunciou uma joint venture com a Casas Bahia, dando origem à Via Varejo.

Estava criado o maior grupo de distribuição da América Latina. O negócio seria, em seguida, contestado pela família Klein, da Casas Bahia, que reclamou da valoração da empresa.

Todavia, em 2011, Abilio quis romper o acordo com o Casino, propondo um negócio com o Carrefour, rival histórico do grupo francês Casino. Tinha o apoio do BTG Pactual e a propalada promessa de um aporte do BNDES. A disputa foi aos tribunais e, em 2013, após acordo, Diniz deixou sua cadeira no conselho do Pão de Açúcar. O Casino assumiria, então, o GPA e a Via Varejo.

Mas, a essa altura, Abilio já era presidente de outro conselho, o da BRF, e então recente e surpreendente fusão das marcas Sadia e Perdigão. Também passara a ser um dos maiores acionistas do Carrefour, por meio da Península Participações, que havia criado anos antes para administrar a fortuna e os negócios da família. Ficou como presidente da BRF até 2018.

Em julho de 2022, porém, o empresário sofreu um grande abalo. Seu filho João Paulo Diniz morreu, aos 58 anos, de enfarte fulminante. "Ontem, a vida me deu o golpe mais duro que eu poderia receber e eu estou completamente sem chão. A dor que eu sinto é inexplicável. Meu filho João Paulo me deixou aos 58 anos, invertendo a lei natural da vida", escreveu Abilio, nas redes sociais.

Em fevereiro de 2023, ao Estadão, ele afirmou que o Brasil estava "vivendo um grande momento" diante das perspectivas de oportunidades de ingresso de capitais internacionais que poderia receber no curto prazo. E diz: 'sou um otimista'.

Meses depois, em junho, o Grupo Casino anunciou que colocaria à venda o GPA. Já Abilio tinha iniciado a carreira de professor e de apresentador de programa de TV. Dava aulas de como competir. Abilio deixa a mulher, Gezye, e 5 filhos: Ana Maria, Adriana e Pedro Paulo, do primeiro casamento, com Maria Auriluce Falleiros, e Rafaela e Miguel, do segundo casamento."

Eu aqui presto essa homenagem a Abilio Diniz e avalio que ele contribuiu significativamente para o desenvolvimento econômico e social brasileiro. E gostaria de dizer: a Gezye Diniz, a sua agora viúva, é a presidente de um grupo que está realizando ações contra a fome.

Eu, inclusive, a convidei: sugeri que ela venha participar do grupo de trabalho que vai estudar, junto ao governo do presidente Lula, a transição do programa "Bolsa Família" para a gradual implementação da universalização da renda básica de cidadania.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

- Assume a Presidência o Sr. Gil Diniz.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Eduardo Suplicy. Minhas condolências também à família do empresário Abilio Diniz, empresário que marca a história de São Paulo e, com toda a certeza, do País.

Com a palavra, o nobre deputado Carlos Giannazi, por cessão do tempo com o nobre deputado Donato.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, deputado Gil Diniz, deputados, deputadas, telespectador da TV Assembleia. Sr. Presidente, eu hoje estive, pela manhã, acompanhando o processo de atribuição de aulas na Diretoria Sul 3. Na semana passada, estive em outras diretorias.

Já há um bom tempo que eu venho acompanhando e denunciando o caos, Sr. Presidente, os absurdos que estão ocorrendo com esse processo de atribuição de aulas, com vários erros, irregularidades, injustiças na pontuação, na própria atribuição, na classificação dos professores e professoras. Nós temos milhares e milhares de professoras e professores com experiência, com cinco, dez, 20, 30 anos na rede estadual, professores categoria "O", que ficaram fora das escolas.

E nós tivemos, por conta da mudança dos critérios - porque nós fomos contra e denunciamos - de atribuição de aulas, com essas plataformas digitais, Sr. Presidente, onde não há transparência, onde o professor mal consegue entrar com o recurso quando ele é injustiçado...

Então, na soma de todas essas irregularidades e injustiças, nós temos uma rede estadual totalmente destróça, desorganizada, no início do ano letivo. Tanto é que nós temos várias escolas sem professores, os alunos sendo prejudicados, e professores, de um lado, desempregados, sem aula.

Hoje mesmo, na Diretoria Sul 3, eu vi várias professoras com experiência, sem aulas, sem classes; e escolas sem professores. Sr. Presidente, isso é muito grave, porque esse secretário da Educação dono da Multilaser - agora Multi - não tem nenhum compromisso com a Educação. Me parece que ele foi contratado para destruir a rede estadual.

Eu fico pensando que não se trata só de irresponsabilidade, de incompetência. Me parece, Sr. Presidente, que é um projeto deliberado de destruição da rede estadual, de destruição da rede pública de ensino e da escola pública, porque não é possível.

Porque nós alertamos o tempo todo, desde o ano passado; nós denunciamos aqui da tribuna, em reunião com o secretário. Enfim, isso já foi exaustivamente colocado, e nada foi feito; a situação só piorou.

Então, nós tivemos, sem dúvida, estamos tendo ainda, o pior processo de atribuição de aulas de toda a história do Magistério estadual, com desemprego em massa, com professores sem pagamento de salários, sem pagamento de férias, Sr. Presidente, com várias injustiças no processo de atribuição de aulas.

Além dos prejuízos para as professoras e os professores da categoria "O", há também um grande prejuízo para a rede estadual de ensino, que, repito, foi desmontada, foi desorganizada e foi sabotada pela própria Secretaria da Educação.

Diante disso, nós estamos pedindo a instalação de uma CPI para investigar tudo o que está acontecendo, Sr. Presidente, nesse processo de atribuição de aulas da máfia dos aplicativos, da máfia das plataformas digitais.

Esse secretário não tem mais condições de ser secretário, ele tem que ser exonerado imediatamente. É por isso que a palavra de ordem hoje do Magistério é "Fora Feder", "Fora Renato Feder", que destruiu a escola pública estadual e atacou o Magistério e todos os profissionais da Educação.

Além disso, Sr. Presidente, eu também acionei, junto com o nosso coletivo Educação em Primeiro Lugar - que é composto por vários professores e professoras do estado de São Paulo e também pelos mandatos da deputada federal Luciene Cavalcante, que é professora, e pelo vereador Celso Giannazi, membro da Comissão de Educação da Câmara Municipal -, o Ministério Público estadual, o Tribunal de Contas e a Defensoria Pública, para que esses importantes órgãos, instituições, Sr. Presidente, façam diligências presenciais, que eles estejam indo agora nas escolas para constatar esse caos e tomar providências, porque o direito à educação está sendo sabotado.

O Ministério Público tem que ir às escolas presencialmente, os promotores, procuradores, os defensores públicos. O Tribunal de Contas tem que fazer diligência para ver o que está acontecendo, constatando isso que eu estou dizendo aqui, Sr. Presidente, a destruição da rede estadual.

O que acontece é que houve a quebra do vínculo. A rede foi toda desorganizada, porque professores que estavam nessas escolas não voltaram mais. Eu conversei com a diretora de uma escola. Ela me disse: "Eu tenho 60 professores. Desses 60 professores, só dois eram professores do ano passado.

Eu tenho 60 novos professores sem experiência, que vieram de outras escolas ou que estão iniciando agora por conta dessa mudança do critério de atribuição de aulas. Então o meu projeto pedagógico foi todo destruído".

A comunidade está contra isso, porque ela quer os professores que ela tinha. Então houve esse tipo de procedimento em todo o estado basicamente. As escolas estão totalmente desorganizadas nesse sentido, e isso afeta o projeto pedagógico. Isso é um crime, Sr. Presidente, é um crime. Esse secretário tem que sair. "Fora Feder".

Espero que o Ministério Público tome providências, o Tribunal de Contas também, a Defensoria Pública, porque isso afeta também o direito dos nossos alunos, e que a gente possa instalar aqui, em caráter de extrema urgência, uma CPI para investigar todo esse processo extremamente nefasto e perverso de atribuição de aulas que prejudicou e está prejudicando as nossas professoras e professores.

Quero ainda, Sr. Presidente, nessa área da Educação, dizer que nós estamos perplexos também com o que está acontecendo... Olha, nós aprovamos, no final do ano passado, aqui na Assembleia Legislativa, um projeto de lei que foi sancionado, é a Lei 1.396.

Essa lei, Sr. Presidente, foi sancionada no dia 22 de dezembro de 2023. Ela representou a volta da falta-aula, que não existia mais, e também, sobretudo, uma conquista importante, que as APDs, as atividades pedagógicas diversificadas, fossem feitas em local de livre escolha do docente.

O Parágrafo 1º do Art. 1º diz o seguinte: "O tempo de trabalho destinado às atividades pedagógicas sem interação com os educandos será cumprido em local de livre escolha do docente".

Está aqui na Lei 1.396, mas me parece que não é isso que está acontecendo. As diretorias de ensino, não sei se as escolas, quem que está orientando a cobrar que os professores façam as APDs dentro das escolas? Então essa lei foi uma farsa, é isso, Sr. Presidente?

Nós exigimos que a lei seja cumprida na sua integralidade, como determina o Parágrafo 1º do Art. 1º dessa lei, presidente. Então é muito grave o que está acontecendo, essa orientação que está sendo dada, porque nós estamos recebendo várias reclamações de que tem escolas exigindo que o professor faça as APDs dentro das escolas ou tentando controlar, Sr. Presidente, o local onde o professor vai fazer, o horário. Isso é um absurdo.

Isso afronta o próprio espírito da lei, que é clara: "O professor vai fazer a APD em local de livre escolha". Está aqui nessa lei. Então, nós exigimos providências e que a Seduc faça o esclarecimento, orientando as 91 diretorias de ensino e também as escolas a respeitar a lei do jeito que ela foi aprovada, com esse espírito de livre escolha do professor, Sr. Presidente.

Por fim, quero ainda fazer mais uma denúncia. Eu me refiro aqui ao fechamento de salas da rede estadual, mais exatamente da escola Alberto Levy - é aqui próxima da Assembleia Legislativa - que pertence à diretoria centro oeste.

Nós fomos procurados pela comunidade escolar, que está denunciando a Diretoria de Ensino Centro Oeste que não está permitindo a abertura de salas de Educação de Jovens e Adultos. Ela tem demanda, mas não está autorizando a abertura de duas salas com mais de 30 alunos em cada uma.

Olha que absurdo, está enxugando a escola, impedindo o direito constitucional à educação básica de crianças e adolescentes, aqui, no caso, de adolescentes e adultos, à educação básica.

É na escola Alberto Levy, Sr. Presidente. Nós vamos aqui já convocar a dirigente de ensino da diretoria centro oeste para ela depor aqui, na Assembleia Legislativa, e explicar porque que não está sendo autorizada a abertura de sala. Tem aluno, tem professor e tem sala. Isso é um crime. Inclusive, é crime de responsabilidade, está lá no Art. 5 da LDB.

Então, ao governo, ao secretário da Educação, ou mesmo à dirigente, pode ser imputado crime de responsabilidade, porque está impedindo o acesso à abertura de salas.

Eu quero, então, Sr. Presidente, que providências sejam tomadas imediatamente em relação a esse impedimento, essa tentativa de impedir a abertura de salas do EJA, de Educação de Jovens e Adultos, na Escola Estadual Alberto Levy, diretoria centro oeste.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Muito obrigado, nobre deputado Carlos Giannazi. Com a palavra, nobre deputado Major Mecca, que faz cessão do tempo ao nobre deputado Alex Madureira. Vossa Excelência tem o tempo regimental de 10 minutos pelo Grande Expediente, deputado Alex Madureira.

O SR. ALEX MADUREIRA - PL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Boa tarde, presidente, deputado Gil Diniz, a todo povo paulista que nos ouve e nos assiste. Nós estamos aqui, nesta Casa de Leis, porque nós passamos pelo crivo da eleição, nós fomos eleitos para representar o povo de São Paulo.

São 45 milhões de habitantes, mais ou menos, em São Paulo, que têm 94 deputados que representam essa população aqui, nesta Casa de Leis. Eu digo isso por ser uma responsabilidade muito grande, não só na utilização do microfone no púlpito da Assembleia ou dos microfones de apartes, mas de tudo que nós fazemos.

O deputado estadual é um agente público, então, nós vivemos uma vida pública, em que as pessoas olham para nós e esperam, no mínimo, deputado Conte Lopes, que a gente devolva para a população um pouquinho daquilo que ela espera do Poder Público.

Eu início a minha fala dando essa explicação, falando da responsabilidade nossa para com as nossas colocações, com as nossas falas, para falar de duas situações que nós já ouvimos serem tratadas aqui hoje.

Uma delas é esse caso em que o presidente da República, infelizmente, envergonha o nosso País perante a sociedade mundial quando compara, faz uma comparação, de Israel com o genocídio...

Os ataques de Israel, ao Hamas, ele compara ao genocídio que aconteceu contra os judeus no Holocausto. E pior que isso, do você fazer uma colocação equivocada, no mínimo... Discutindo com o deputado Gil Diniz, a gente chega a outras conclusões. Mas eu não posso deixar de me posicionar quanto a isso.

Quando eu vejo, ouço e sou cobrado também por essa população, que me colocou nesta Casa de leis, para que eu me posicione, para que eu diga o que eu penso quanto a isso, eu acho que, no mínimo, o presidente da República se confundiu. No mínimo. Se confundiu de que forma?

Se confundiu porque, quem tem no seu estatuto "exterminar o povo judeu" é o Hamas. Isso está no estatuto do Hamas, o exterminio do povo judeu. Em segundo lugar, quem invadiu o território israelense, sequestrou mulheres, crianças, homens, e matou crianças, mulheres, no próprio território israelense? Foi o Hamas.

Então, se você está falando de extermínio, se você está falando de invadirem o seu território, para atacar o seu povo, vocês queriam esperar o quê? Que Israel não fizesse nada? Ou que, como já ouvimos falar, abanasse uma flor, um ramo de oliveira, achando que está tudo bem?

De forma alguma. Israel tomou o posicionamento de defender o seu povo, de defender a soberania do seu país. E tem feito isso de uma forma para que gerações futuras se lembrem de que não vão conseguir exterminar o povo judeu, como já tentaram há décadas atrás. Isso não vai acontecer.

Israel tem se posicionado dessa forma. Agora, ouvindo e vendo toda a repercussão que essa notícia tem trazido, a nível mundial... Nós temos questões importantes para tratar aqui no estado de São Paulo? É claro que nós temos. Mas nós não podemos deixar de falar, nos posicionar, quanto a aquilo que nós vemos que está acontecendo de errado no nosso mundo. É por isso que nós estamos falando sobre isso.

Nós não podemos nos calar - e não vamos nos calar - vendo situações como essa acontecendo no nosso País. E nós servindo e passando vergonha com outros países do mundo. Agora, a última notícia, que não para de pipocar nas redes sociais, na internet, é dizendo que o governo de Israel já declarou o presidente Lula como "persona non grata".

O pior de tudo isso é que... Quando nós falamos algo que não deveríamos ter falado, os nos posicionamos de uma forma que se julga errada, ou, de qualquer forma, inconsistente com a verdade, a principal virtude é nós nos desculparmos, ou voltarmos atrás, ou nos arrepende. Mas, em todos os canais de comunicação, já tem dito que não haverá um pedido de desculpas, que não haverá um pedido de retratação.

Então isso demonstra que realmente não foi um equívoco. Isso realmente demonstra que foi sim tratado desse assunto, e foi dito dessa forma, porque esse é o pensamento que nós temos hoje no Palácio do Planalto. Então é lamentável. Nós nos poderíamos deixar hoje de tratar desse assunto aqui.

E também, falando da importância da representação política que esta Casa tem, nós tivemos outra matéria que saiu, e o deputado Gil Diniz fez o favor de me enviar, com um monte de baboseira, publicada pelo Sampi Bauru. É uma matéria que foi veiculada, foi uma entrevista, eu acho, da deputada Professora Bebel, que é deputada aqui conosco.

Quando eu falo da responsabilidade com as nossas falas, eu falo também sobre essa fala da nobre deputada Bebel, que tenta primeiro justificar o injustificável e depois tenta culpar o Governo de São Paulo pelo que está acontecendo hoje, por exemplo, com relação à dengue. O Governo de São Paulo que foi enérgico, que foi rápido nas suas ações, enviando mais de 200 milhões de reais para os municípios paulistas para o combate à dengue.

Ela fala, dentro dessa matéria, a respeito até da Sucen, a extinta Sucen, porque a Sucen não existe mais. Foi extinta no governo passado por esta Casa de Leis, porque a Sucen já não tinha mais a sua função. A função que a Sucen exercia já tinha sido transferida aos Municípios há muito tempo. Então, a função de combate à dengue já é dos Municípios.

Por isso que o governo de São Paulo transferiu recursos para os Municípios para que eles possam atuar contra a dengue, porque hoje a responsabilidade, com relação ao combate, com relação a deixar as pessoas cientes do problema da dengue, é das prefeituras do estado de São Paulo. Por esse motivo que a Sucen foi extinta, mas a nobre deputada faz questão de trazer esses assuntos.

Ela mistura um monte de coisas porque, na verdade, o intuito dela é criticar o Governo de São Paulo, só isso. Fala de contingenciamento na Saúde de mais de 800 milhões. Você vai ver quanto vai ser investido na Saúde em São Paulo neste ano. Vai ser recorde de investimento.

Nós vamos lutar também, inclusive para votar aqui nesta Casa de Leis, e ela cita isso aqui também nessa matéria, que é a nossa PEC da Educação. Se eu não me engano é a PEC nº 9, é isso?

É a PEC nº 9, de 2023, que vai tratar de corrigir na Constituição do Estado de São Paulo para que nós possamos ter os mesmos limites prudenciais que tem no governo federal, simplesmente isso, deputado Gil.

Nós estamos transferindo para São Paulo o que já é feito no governo federal, a quantidade de recursos percentual que é transferido para a Educação vai ser o mesmo em São Paulo. E com uma inovação: ele vai ser fluuante. Então, se precisar de recursos na Educação, esses 5% fluuantes vão ficar na Educação e se precisar desse recurso na Saúde, ele vai ficar disponível na Saúde também.

Então, são esses equívocos, essas críticas infundadas que estão sendo feitas ao Governo de São Paulo. O Governo de São Paulo que está hoje entregando casa; o Governo de São Paulo que está atuando contra o crime, a Secretaria de Segurança Pública foi transferida para o litoral. O governador transferiu seu gabinete há um ano atrás e, um ano depois, estão sendo entregues as casas ali em São Sebastião.

Então, parabenizar o Governo de São Paulo, parabenizar os deputados desta Casa que se posicionaram aqui nesses assuntos tão importantes. Citar aqui o deputado Altair Moraes, deputado Gil Diniz, deputado Major Mecca, deputado Conte Lopes, que está aqui, e todos os outros que tocaram nesse assunto também.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Alex Madureira. Seguindo aqui a lista de oradores inscritos no Grande Expediente, convido o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Convido o nobre deputado Agente Federal Danilo Balas. (Pausa.) Convido o nobre deputado Capitão Telhada. (Pausa.)

Convido o nobre deputado Dr. Jorge do Carmo. (Pausa.) Convido o nobre deputado Conte Lopes, que faz permuta comigo. Nobre deputado Conte Lopes tem o tempo remanescente do Grande Expediente.

O SR. CONTE LOPES - PL - Sr. Presidente Gil Diniz, agradecemos a permuta para podermos falar aqui no Grande Expediente. Eu via e queria aqui também prestar solidariedade à família de Abilio Diniz, grande empresário. Vi deputados do PT falando sobre Abilio Diniz.

Eu também presto os meus pêsames aos familiares. Vi Abilio Diniz uma vez. Era deputado nesta Casa, e Abilio Diniz havia sido sequestrado, estava dentro de um cativoero no dia do segundo turno da eleição entre Lula e Collor de Mello.

Lá estava Abilio Diniz, quando a polícia conseguiu descobrir o cativoero, depois de alguns dias. Estava em um buraco a dez metros de profundidade. Tive a oportunidade de falar com os familiares de Abilio Diniz na época, quando os sequestradores queriam um avião, e arrumaram o avião, para levar Abilio Diniz para fora do Brasil.

Eu simplesmente falei né ,eu estava lá lógico, quem comandava a operação era o Ubiratan, coronel da PM, o coronel Mascarenhas, o Dr. Silveira, delegado de Polícia, mas a gente acompanhou toda a operação como deputado, e tive a oportunidade de falar aos familiares que nós tínhamos um leão com um bife na mão, mas dentro de uma jaula. Se nós saltássemos o leão com o bife, depois ia ser duro achar o leão por esse mundo afora.

Estou dizendo isso, deputado Gil Diniz, porque na campanha política vi várias vezes o presidente Lula dizendo que foi ao governo de Fernando Henrique Cardoso para soltar os meninos que sequestraram Abilio Diniz. Os meninos eram terroristas argentinos, uruguaios, colombianos, sei lá o quê. Dos dez, um era brasileiro, o resto era tudo estrangeiro, de ataque a quartéis, inclusive, os terroristas.

Então, só essa colocação, que às vezes o Lula fala coisa que não deve. Eu até falava isso, às vezes ele tomou um remédio errado. E a culpa é da Janja, que está lá para isso. Então a culpa é da Janja, e arruma essa confusão toda até para o nosso País. Quero ver como eles vão justificar isso. É o fim do mundo.

Mas eu quero voltar um pouco também para o problema de São Paulo, do governador Tarcísio e da "Operação Escudo". Vejo gente dos Direitos Humanos dizendo que estão preocupados com os bandidos, como Lula se preocupou com os bandidos de Abilio Diniz, pedindo que fossem soltos, ao invés de se preocupar com a população do litoral.

Eu estive lá no litoral. Até cumprimentei o nobre senador Suplicy, agora deputado, quando estava indo para lá. Passei em São Vicente, passei em Santos, Bertiooga, e conversei com o povo. O povo está satisfeito, desde os comerciantes ao vendedor de sorvete da praia, e o povo no geral. "Capitão, melhorou, melhorou, melhorou".

O povo está feliz com a atuação da Polícia, e eu espero que o governador Tarcísio de Freitas e o secretário Derrite continuem com a operação lá na Baixada, que foi dominada pelo crime. Quando eu estava lá, morreu o tal de Danone, que era um dos cabeças do crime.

Então, está na hora de mudar, assim, o litoral de São Paulo. Isso eu pedi desde o governador anterior, do Dória, quando começaram a matar policiais da Rota lá, quando saiam de casa para trabalhar à paisana, matar aposentados. Começou lá no litoral. E tem que dar o troco mesmo, tem que caçar bandido. Bandido tem que ser caçado.

Deputado Gil Diniz, para pegar rato, tem que entrar em bueiro. Não dá para não pegar ele no asfalto. Tem que entrar no bueiro, onde eles ficam, e é lá que tem que ir mesmo.

Agora, vai ouvir parente de bandido? Eu pergunto, qual foi o parente de bandido que falou: "realmente ele mereceu ser preso"? Qual? Qual bandido honesto que está na cadeia, de segurança máxima ou de segurança mínima. Qual que está lá que falou: "realmente, eu cometi um crime"? Quais os parentes também que falam o contrário?

Não, todos eles são santos. Então, o povo está feliz com o governo Tarcísio de Freitas, e com a política de Segurança Pública. Quero cumprimentar em público também o Coronel Castro, comandante da Polícia Militar, o delegado-geral, pelo trabalho. É importante que a polícia esteja na rua e é necessário que continue essa operação lá.

Eu não vou chamar de operação, não vou dar nome não, só que toda vez que bandido caça pai de família, dona de casa ou policial - que o bandido caça -, ele tem que saber que tem alguém que vai atrás dele. E como eu falei para o secretário de Segurança, deputado Gil Diniz, às vezes a gente tem que usar o mesmo espírito do bandido.

Ele sabe o que é isso aí, eles sabem qual é o espírito para serem caçados. Eles sabem como a polícia, trabalha. Então pedissem ao secretário que use as mesmas ferramentas, que faça isso. Agora, o povo está feliz. O povo lá na Baixada Santista e está feliz com a atuação da polícia e eu espero que continue.

E mesmo depois que isso aí melhorar, acalmar, tem que se colocar policiais lá na Baixada que realmente combatam o crime, combatam o crime na região que os bandidos quiseram tomar conta.

Sr. Presidente, eu agradeço a oportunidade e obrigado. O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - Obrigado, nobre deputado Conte Lopes. Assino embaixo de todas as suas palavras, deputado Conte Lopes.

O SR. CONTE LOPES - PL - Eu agradeço, Sr. Presidente, e havendo acordo das lideranças, eu solicito o levantamento da sessão.

O SR. PRESIDENTE - GIL DINIZ - PL - É regimental. Srs. Deputados, Sras. Deputadas, esta Presidência, cumprindo determinação constitucional, adita à Ordem do Dia os seguintes projetos.

- NR - O aditamento à Ordem do Dia da 9a Sessão Ordinária foi publicado no D.O. de 20/02/2024.

Havendo acordo de líderes, antes de dar por levantados os trabalhos, convoco V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia de 7 de fevereiro, último, com os aditamentos ora anunciados.
Está levantada a presente sessão.

- Levanta-se a sessão às 16 horas e 01 minuto.

20 DE FEVEREIRO DE 2024 9ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: VITÃO DO CACHORRÃO, PAULO MANSUR, GUILHERME CORTEZ, CARLOS GIANNAZI, EDNA MACEDO e ANDRÉ DO PRADO

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - VITÃO DO CACHORRÃO

Assume a Presidência e abre a sessão. Cumprimenta autoridades de Potim e de Caraguatuba presentes no plenário.

2 - CARLOS GIANNAZI

Por inscrição, faz pronunciamento.

3 - CARLA MORANDO

Para comunicação, faz pronunciamento.

4 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

5 - PAULO MANSUR

Assume a Presidência.

6 - VITÃO DO CACHORRÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

7 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

8 - VITÃO DO CACHORRÃO

Para comunicação, faz pronunciamento.

9 - GUILHERME CORTEZ

Por inscrição, faz pronunciamento.

10 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

11 - GUILHERME CORTEZ

Assume a Presidência.

12 - BETH SAHÃO

Por inscrição, faz pronunciamento.

13 - CAPITÃO TELHADA

Para comunicação, faz pronunciamento.

14 - PRESIDENTE GUILHERME CORTEZ

Informa que o tempo regimental de fala dos oradores será preservado. Convoca reunião conjunta das comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Finanças, Orçamento e Planejamento, a realizar-se hoje, às 15 horas e 05 minutos.

15 - PAULO MANSUR

Por inscrição, faz pronunciamento.

GRANDE EXPEDIENTE

16 - SIMÃO PEDRO

Por inscrição, faz pronunciamento.

17 - CARLOS GIANNAZI

Assume a Presidência.

18 - MARINA HELOU

Por inscrição, faz pronunciamento.

19 - EDIANE MARIA

Por inscrição, faz pronunciamento.

20 - EDNA MACEDO

Assume a Presidência.

21 - EDUARDO SUPLICY

Por inscrição, faz pronunciamento.

22 - CAPITÃO TELHADA

Por inscrição, faz pronunciamento.

23 - PROFESSORA BEBEL

Por inscrição, faz pronunciamento.

24 - EDIANE MARIA

Pelo art. 82, faz pronunciamento.

25 - RUI ALVES

Solicita a suspensão da sessão, por acordo de lideranças, até as 16 horas e 30 minutos.

26 - PRESIDENTE EDNA MACEDO

Defere o pedido e suspende a sessão às 16h05min.

ORDEM DO DIA